



PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

Julho a Setembro de 2016

Ano 41 – Nº 225

Foto: Elvis Marques

Povos e comunidades do Cerrado juntos na defesa da Casa Comum

Págs.: 8 e 9



Lutador das Gerais, Alvimar
da CPT nos deixou

Págs.: 4



Foto: João Zinclar

EDITORIAL

Caos político: terreno fértil para a violência

O mês de agosto acabou sombrio com a democracia sendo jogada à lata do lixo. Um presidente que era interino foi definitivamente empossado no cargo. O que muitos esperavam como consagração na realidade, a história vai registrar como mais um golpe à democracia, perpetrado não pelas armas dos militares, mas por políticos subservientes aos interesses escusos do mercado.

Mas o golpe maior está sendo desfechado contra a classe trabalhadora que vai vendo diariamente o desmonte dos seus direitos, penosamente adquiridos ao longo da história recente. A previdência social está sendo atacada. Os recursos para educação, saúde e outros benefícios sociais, se projeta contê-los dentro de tetos e limites palatáveis ao capital.

Todo um arcabouço foi montado pelas elites dominantes para garantir seu poder e seus privilégios. Como nos diz frei Sérgio Görge, “uma das malhas da estrutura de poder nas sociedades modernas é o sistema de representação política. Ele é fundamental para manter em pé a estrutura de classes, a exploração econômica, a exclusão social, os privilégios da elite, a concentração do capital”. Mas “há fortes sinais da crise do sistema de representação política no Brasil. Esta crise se evidencia quando os representados não mais se sentem representados por seus representantes. E deixam de acreditar no próprio sistema de representação.” Esta crise, porém, nos abre horizontes. “Estaria chegando no Brasil, a hora de organizar o povo para um novo modelo de representação política através de uma Assembleia Nacional Constituinte Exclusiva e Soberana, para refundar a Nação Brasileira pensada para seus próprios cidadãos, com justiça, dignidade e respeito e solidária com todos os trabalhadores do mundo todo?”, pergunta frei Sérgio.

O caos político que se formou, acobertado pelo seguimento estrito dos ritos legais, está sendo o terreno fértil para o aumento da violência no campo. O número de assassinatos no campo, três meses antes do final do ano, já se aproxima do número total de mortes violentas em 2015, que registrou o número mais elevado de assassinatos desde 2004. E as expulsões e os despejos sem a menor consideração aos direitos dos trabalhadores continuam, como no seringal de Catapará, no Acre.

Ao mesmo tempo mais uma ameaça ronda as comunidades. É o Fracking para extração do gás de xisto do subsolo. O governo em 2013 leiloou mais de 200 blocos de exploração. “Por onde passa, o fracking leva consigo um rastro de destruição”.

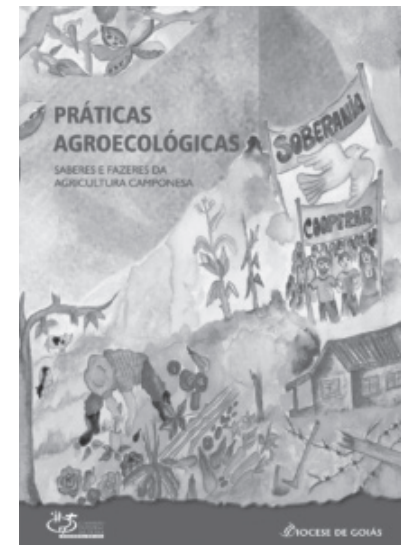
Por isso, as perspectivas para o campo não são nada animadoras. “A precariedade das propostas de mudanças sociais no campo contribui, de maneira indireta, para o domínio da racionalidade das grandes empresas capitalistas no campo. Por falta de uma proposta de mudança social os camponeses aderem à lógica dominante,” nos diz Horácio Martins de Carvalho. Mas “a esperança e as possibilidades reais de mudanças fundamentais no modo de produção no campo repousam nas iniciativas dos camponeses, dos seus aliados e no processo massivo de associação cooperativa e de ajuda mútua”.

Camponeses e camponesas perderam no norte de Minas Gerais um dos seus aliados, mais forte e fiel, Alvimar da CPT. “Um defensor intransigente dos direitos sociais do campesinato”. Um exemplo de resistência, que continuará presente nas lutas do povo.



Práticas Agroecológicas - saberes e fazeres da agricultura camponesa

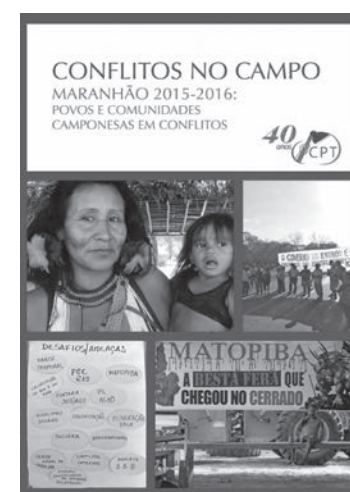
A forma de produzir da agricultura, desenvolvida no Brasil nas últimas décadas, tem sido baseada em elevado consumo de insumos externos, consolidando um pacote tecnológico (sementes híbridas e transgênicas, adubos e fertilizantes químicos e agrotóxicos) que degradam a natureza e deixam o agricultor familiar camponês refém de grandes indústrias do agronegócio que visam somente o lucro. A Agroecologia, na contramão deste modelo, reanima a luta dos agricultores familiares camponeses e apresenta a possibilidade de uma nova forma de produzir, que respeita e convive harmoniosamente com a natureza.



Essa é a proposta do material apresentado nesta cartilha, organizada pela CPT da Diocese de Goiás, junto com os agricultores e agricultoras.

A cartilha reúne um conjunto de conhecimentos essenciais para a construção de uma relação mais saudável com a natureza, valorizando quem trabalha e vive no campo. Ao mesmo tempo representa uma ferramenta de luta contra todas as injustiças já realizadas contra os agricultores e agricultoras camponesas.

Conflitos no Campo Maranhão 2015-2016: povos e comunidades camponesas em conflito



A CPT Maranhão lançou no dia 2 de setembro, no auditório central da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em São Luís (MA), o relatório “Conflitos no Campo Maranhão 2015-2016: povos e comunidades camponesas em conflito”. A publicação traz dados comparativos dos conflitos ocorridos no estado no ano de 2015 até abril de 2016. Segundo a apresentação do relatório, os dados são “estranhos”. O material traz, ainda, uma análise geográfica dos conflitos no estado.



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás – CEP: 74030-090.

Fone: (62) 4008-6466 – **Fax:** (62) 4008-6405.

www.cptnacional.org.br / comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom Enemésio Lazzaris

Vice-presidente
Dom André de Witte

Coordenadores Nacionais
Paulo César Moreira
Jeane Bellini
Thiago Valentim
Ruben Siqueira

Redação
Cristiane Passos
Antônio Canuto
Elvis Marques
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof. 002005/GO)

Impressão
LSV Produção Gráfica Ltda.

Diagramação
Vivaldo Silva Souza

APOIO

Brot für die Welt

CANADIAN CATHOLIC ORGANIZATION FOR
Development and Peace



MISEREOR
IHR HILFSWERK

ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informações cpt@cptnacional.org.br



Violência contra povos indígenas no Brasil permanece acentuada, afirma Cimi

Foto: CIMI



O relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2015, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), foi lançado na sede da CNBB, em Brasília, no dia 15 de setembro. Os dados, conforme a entidade, evidenciam a permanência do quadro de omissão dos poderes públicos em relação aos direitos dos povos indígenas. 54 índios foram mortos em 2015, segundo o Cimi. Desses, 20 foram no Mato Grosso do Sul, que novamente lidera a lista.

Ainda em relação à violência contra a pessoa, houve o registro de 31 tentativas de assassinato; 18 casos de homicídio culposo; 25 casos de ameaças variadas e 9 de violência sexual. Neste contexto, o Cimi destacou o terrível assassinato de Vítor Kaingang, de apenas 2 anos. Foi morto enquanto era amamentado pela mãe na rodovi-

ária de Imbituba (SC). Dos 87 casos de suicídio registrados no país pela Sesai e pelo Dsei-MS, 45 ocorreram no Mato Grosso do Sul, especialmente entre os Guarani e Kaiowá. Entre 2000 e 2015 foram registrados 752 casos de suicídio apenas neste estado.

“Por que se repetem e se aprofundam as mesmas práticas criminosas, sem que medidas tenham sido efetivamente adotadas?” Questionou, no lançamento da publicação, o presidente do Cimi e arcebispo de Porto Velho, Dom Roque Paloschi, pergunta ainda: “Até quando teremos que apresentar esses relatórios?”

Grito dos/as Excluídos/as mobiliza milhares de pessoas pelo país

Há 22 anos o dia 7 de setembro é marcado pelas manifestações do Grito dos/as Excluídos/as, que reúne movimentos sociais, sindicais e pastorais do campo e da cidade. Esse ano, com o lema “Este Sistema é Insuportável: Exclui, Degrada, Mata”, as manifestações reuniram milhares de pessoas em mais de 20 estados, além do DF. Os atos se uniram também com os protestos “Fora Temer!” e “Nenhum direito a menos!”.

Em Brasília, a mobilização

reuniu pelo menos 10 mil pessoas, conforme a organização. O ato começou em frente ao Museu Nacional, mas só pôde partir em marcha pela Esplanada dos Ministérios após o desfile do Dia da Independência. Os manifestantes marcharam até o Congresso Nacional com gritos de “Fora Temer!” e exigindo respeito à democracia.

“Estamos aqui por causa dos golpes que nós, indígenas, recebemos desde 1500. Os índios não vão deixar de sofrer golpes enquanto seus direitos não forem reconhecidos”, afirmou, durante o protesto, o indígena Guarani Kaiowá Adalto Barbosa. Em São Paulo, foram 15 mil, segundo organizadores; em Belo Horizonte, 10 mil. Em Salvador, o ato também reuniu cerca de 15 mil pessoas.

Foto: Facebook grito dos excluídos



CPT Maranhão denuncia violência e ameaças contra lideranças rurais

No dia 16 de setembro, uma comitativa formada por lideranças da Comunidade Tradicional Sabiá, localizada na região de Caxias (MA), foi até a sede da CPT Maranhão, em São Luís, para denunciar para a imprensa as violências e ameaças que os/as moradores têm sofrido.

Cerca de 102 famílias, que vivem há mais de 140 anos na comunidade, estão sendo ameaçadas de despejo pela empresa Livramento Destilados Ltda. As ações ilegais praticadas contra as famílias contam com apoio de policiais militares e ja-

gunços, segundo denúncia dos moradores.

Em março deste ano, vários policiais e jagunços invadiram a comunidade, torturaram moradores com spray de pimenta e ainda prenderam um jovem de 26 anos. Já em agosto, novamente jagunços e policiais invadiram a comunidade e impediram os moradores de fazerem o roçado. Na ação criminosa, um jovem de 27 anos foi espancado até desmaiar. Cercadas por pistoleiros, as famílias não conseguem plantar roça e temem ser mortas.

Bayer compra Monsanto e cria maior grupo de agrotóxicos e transgênicos

O grupo farmacêutico e químico alemão Bayer anunciou no dia 14 de setembro a compra da empresa agroquímica americana Monsanto. Se autorizado pelas autoridades antitruste, o negócio criará a maior fabricante de herbicidas e sementes do mundo. “O pior dos cenários realizou-se: a Bayer comprou a Monsanto por 66 bilhões de dólares. O fato dá origem ao que é, de longe, a maior corporação de agronegócio do mundo”, afirmou a Coalizão contra os Perigos da Bayer.

Conforme a Coalizão, as empresas controlam, juntas, aproxima-

damente 25% do mercado mundial de pesticidas e de 30% das vendas de sementes agrícolas — tanto as geneticamente modificadas quanto as convencionais. Considerando-se somente as plantas transgênicas, as duas corporações atingem uma clara posição de monopólio, com mais de 90%.

Os protestos do Dia Mundial contra a Monsanto — que em 2015 aconteceram em 23 de abril e mobilizaram pessoas nos cinco continentes — este ano estão programados para acontecer no dia 16 de outubro. (Com informações da Carta Capital e Coalizão contra os Perigos da Bayer)

Território da soja no Mato Grosso tem mais casos de câncer de estômago, diz estudo

Artigo de dois pesquisadores da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) aponta maior incidência de câncer do estômago, esôfago e pâncreas em 14 municípios que eles definem como “território da soja”, como Rondonópolis, Sinop e Sorriso (MT). Com total de casos 27 vezes maior que em 14 municípios não produtores do grão — e que, em tese, não têm grande incidência de uso de agrotóxicos.

O estudo foi publicado na edição setembro/2016 da Revista Espaço Acadêmico, da Universidade Estadual de Maringá (UEM), com o título: “Geografia médica e agronegócio: evolução espaço temporal dos cânceres do estômago, esôfago e pâncreas no esta-

do de Mato Grosso a partir da década de 1990”. Os autores são o historiador Moisés Silva Pereira, mestrando em Geografia na UFMT, e o biólogo Fabio Angeoletto, professor de Geografia da UFMT.

Os dados relativos à internação pelos três tipos de câncer foram coletados no Datasus. Segundo os pesquisadores, os resultados apontam uma “correlação entre a expansão da urbanização, o aumento da área plantada e uma tendência a uma maior exposição de determinados estratos da população a condições de risco, que podem ocasionar o aumento de alguns tipos de cânceres, em especial câncer do estômago, esôfago e pâncreas”.

ARTIGO

Crise no Sistema Político

FREI SÉRGIO
ANTÔNIO GÖRGEN*

Há fortes sinais da crise do sistema de representação política no Brasil. Esta crise se evidencia quando os representados não mais se sentem representados por seus representantes. E deixam de acreditar no próprio sistema de representação.

Os dois principais instrumentos de acesso ao sistema de representação são os partidos políticos – e por consequência, o voto – e os grandes meios de comunicação de massa, estes, através da projeção de nomes, ideias e instituições e da manipulação constante das informações.

Os partidos são o meio legal e organizativo. Os Meios de Comunicação Social (MCS) são o meio de acesso à consciência coletiva dos eleitores.

Para que um sistema político entre em crise no Brasil é necessário um abalo de confiança simultâneo nos dois meios de acesso ao sistema. A descrença nos partidos é cada vez maior. A influência dos MCS ainda é grande, porém, à medida do enfraquecimento dos partidos, especialmente os de direita, obrigam-se a se expor cada vez mais a cada eleição, aparecendo como verdadeiros partidos políticos, entrando também em processo rápido de desgaste.

Malhas Complexas

As malhas de uma estrutura de poder são complexas. Podem atravessar grandes tempos históricos, mudando sem mudar, modernizando-se sem alterar os donos do poder.

Mas não são eternas e podem ser alteradas. Quanto mais fortes e complexas as malhas de uma estrutura de poder, mais forte e complexo deve ser o movimento que se dispenha substituí-las.

Uma das malhas da estrutura de poder nas sociedades modernas é o sistema de representação política. Ele é fundamental para manter em pé a estrutura de classes, a exploração econômica, a exclusão social, os privilégios da elite, a concentração do capital.

No Brasil, o sistema de represen-

tação começa a emitir sinais externos de um processo lento de deterioração.

A erupção das crises

Qualquer sistema de representação, para se manter em pé, precisa de um grau mínimo de identificação entre representantes e representados. Precisa de sustentação popular. Isto é relativamente fácil quando o grau de exigência cidadã e o nível de informações básicas da população são relativamente baixos. Mas nos últimos anos, e a passos lentos, têm crescido significativamente.

Quando os níveis de exigência popular colocarem em risco os pilares do sistema e ameçarem os privilégios dos que dele se beneficiam, poderão se desenrolar tentativas de retrocesso e repressão, de um lado, e pressões por avanços democráticos e sociais por outro. São os momentos em que os conflitos se agudizam e as crises se instalam.

Condições de Sustentação de um Sistema de Representação

Para que um sistema de representação e seus agentes políticos, econômicos e institucionais se mantenham e não se deteriorem, são necessárias algumas condições básicas:

- Credibilidade**
As pessoas e o conjunto da sociedade precisam ter confiança no sistema, acreditar que ele oferece condições reais de as representar e atender a seus anseios.
- Capacidade de resposta a problemas concretos e práticos**
Grande parte da população espera que o sistema de representação política seja capaz de responder e resolver seus problemas quotidianos. Quando não consegue, um pilar do sistema começa a trincar.
- Senso comum tolerante**
Quando o senso comum é con-



Foto: Ilustração Latuff

formista, tudo fica mais fácil para quem governa, pois há maior tolerância com as práticas políticas e as ineficácias do sistema. “É assim e sempre será. Não adianta, não muda”.

Um grau baixo de exigências ou um grau elevado de tolerância, garantem longa vida a sistemas de representação e a reprodução de práticas políticas manipuladoras e mantenedoras de privilégios.

- Força simbólica e moral**
Quando figuras públicas emergem de um sistema político com grande patrimônio simbólico e moral, conferem alta credibilidade a um sistema de representação. O inverso também é verdadeiro. A corrosão do patrimônio simbólico é uma das fissuras mais comprometedoras de um sistema. Corroer o patrimônio simbólico dos adversários é sempre um dos principais objetivos nos embates políticos.
- Possibilidade de alternância**
A grande força de um sistema de representação é ter instrumentos, possibilidades reais de mudança mantendo as regras do próprio sistema. É a possibilidade e a esperança de mudanças reais com a troca de agentes mantendo-se o sistema. Quando as possibilidades de mudanças com as regras estabelecidas se tornam impraticáveis o sistema todo tende a entrar em crise. É quando se impõem as rupturas. O sistema de representação política no Brasil parece estar dando si-

nais deste esgotamento profundo.

A “Possibilidade de Alternância” é a grande reserva moral de um sistema político.

f) Capacidade de aglutinação social

Quando nenhuma força em determinado sistema de representação consegue reunir capacidade aglutinativa capaz de constituir maiorias estáveis é outro sinal de crise no sistema, pode ser sinal de que todo o sistema esteja desabando.

Caminhos abertos

Quando uma crise de um sistema representativo acontece concomitante com uma profunda crise econômica, social e ética, mais duros serão os embates simbólicos, políticos, sociais e econômicos.

Diante de uma aguda situação de crise, tende a surgir uma bifurcação de caminhos:

- As elites são tentadas a experimentar alguma das formas clássicas de repressão social e de formas ditatoriais de exercício do poder. As ideias fascistas e moralistas ganham grande destaque.
- As forças políticas populares e socialistas tenderão a encontrar formas criativas e despertar as lutas de massas criando condições de superação da crise deflagrando processos de alterações profundas na estrutura da sociedade com mais democracia, participação, preservação de direitos e distribuição equitativa dos bens.

Estaria chegando no Brasil, a hora de organizar o povo para um novo modelo de representação política através de uma Assembleia Nacional Constituinte Exclusiva e Soberana, para refundar a Nação Brasileira pensada para seus próprios cidadãos, com justiça, dignidade e respeito, e solidária com todos os trabalhadores do mundo todo?

*Assessor do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

ARTIGO

A perspectiva para o campo na atual conjuntura política

HORACIO MARTINS DE CARVALHO*

“O capital das grandes corporações internacionais vem se associando aos latifúndios tradicionais, reproduzindo um processo similar ao que ocorreu no passado no setor industrial. No cenário atual, para se pensar políticas públicas em um contexto de crise, é preciso ver o quanto a estrutura agrária absorve o capital especulativo...” (Joaci de Sousa Cunha, professor da Universidade Católica de Salvador).

Na conjuntura agrária atual, a partir da reflexão acima, destaco que a associação das grandes corporações multinacionais com os latifúndios no Brasil vem se acentuando de maneira explícita e consensuada pelas classes dominantes e seus governos. Isso ocorre, com maior ou menor intensidade, desde o início da revolução verde (década de 1960).

A expansão do capitalismo oligopolista e multinacional no campo tem provocado, como consequência, a ampliação da desigualdade social, a centralização e concentração da posse e do domínio da terra, a estrangeirização dos recursos naturais (terra, águas, florestas e subsolo), a contínua submissão do perfil da produção para a oferta de produtos tanto para a exportação como para a agroindustrialização e a expulsão dos camponeses e dos assalariados rurais da área rural.

Nessa dinâmica econômica e social a oferta de alimentos cabe parcialmente aos camponeses, apesar de que a oferta de cereais tende a ser exercida pelas empresas capitalistas.

A tendência do comportamento camponês, mantida a racionalidade capitalista dominante é elemento fundamental da denominada ‘modernização no campo’. Essa modernização impõe a submissão dos camponeses aos interesses da agroindústria, mudando a forma da exploração histórica dos camponeses, em geral no processo de produção, para a exploração que se dá no confronto entre as mercadorias dos capitalistas e as mercadorias dos camponeses nos mercados. Tal relação desigual nos momentos de trocas co-



merciais é considerada pelos capitalistas e parcelas relevantes da população, como necessária e indispensável para o crescimento econômico, para a acumulação capitalista.

Esse tipo de modernização capitalista vem promovendo uma agricultura para exportação. A tendência desse tipo de agricultura é a especialização da produção e o controle oligopolista das tecnologias e insumos pelas empresas multinacionais associadas ao capital nacional e aos governos.

Esse contexto tem sido comentado criticamente por diversos setores da sociedade. Mas a contestação que fazem e que se apresenta como necessária, é insuficiente. Isso porque ainda é precária a proposição das mudanças estruturais e produtivas indispensáveis para a democratização da posse e uso da terra no campo e a distribuição da renda e riqueza no país. Mesmo a reforma agrária, medida fundamental e suporte das mudanças necessárias, sem uma concepção mais geral de uma utopia e de proposição de outro modelo de sociedade para o campo (e para a cidade), torna-se incomple-

ta porque lhe falta o objetivo global, talvez utópico, de como se construirá uma sociedade mais igualitária e justa.

Com a ampliação da abertura econômica e política favorável à presença de mais capitais estrangeiros, não apenas se retira da pauta política a questão da reforma agrária como se repete a mesmice da imitação das concepções e práticas de cultivo europeias e norte-americanas - por eles denominadas de ‘agricultura moderna’ - que impõe intencionalmente tecnologias de substituição da natureza como os organismos geneticamente modificados e insistem, pelo viés da lógica capitalista, num aumento constante da produtividade.

O controle das inovações tecnológicas continua nas mãos do capital estrangeiro através do controle das patentes. Parcela expressiva do campesinato brasileiro acaba se submetendo a essas tecnologias e substitui suas práticas de produção e seus insumos autoproduzidos, por aqueles ofertados pelo capital estrangeiro ainda que fabricado no país.

Mudanças fundamentais no modo de produção no campo dependem dos camponeses

No entanto, são os camponeses que mantêm e poderiam desenvolver tecnologias socialmente apropriadas à sua escala de produção e de disponibilidade da força de trabalho familiar. Sem dúvida alguma isso se dá e dará em parte com o apoio técnico-científico de pesquisadores, mas, sobretudo, porque são portadores de uma concepção de mundo que nega o modo de produção atual no campo e

sugere, pela prática efetiva da produção e da associação cooperativa, novas relações harmoniosas com a natureza, com os homens e com os processos de descobertas e de inovações.

A esperança e as possibilidades reais de mudanças fundamentais no modo de produção no campo repousam nas iniciativas dos camponeses, dos seus aliados e no processo massivo de associação cooperativa e de ajuda mútua.

A precariedade das propostas de mudanças sociais no campo contribui, de maneira indireta, para o domínio da racionalidade das grandes empresas capitalistas. Por falta de uma proposta de mudança social os camponeses aderem à lógica dominante. O que-fazer cotidiano camponês é, então, moldado pelas políticas públicas que aderem e fortalecem a racionalidade dominante colocando-a como ‘o melhor dos mundos possível’ para todos os tipos de produtores rurais, sejam eles familiares sejam grandes corporações multinacionais.

O mesmismo dos governos sob controle ideológico das grandes corporações, nega as diferenças no campo colocando num mesmo saco as inúmeras formas de relação com a natureza presentes no país. O mais grave é a absoluta negação dos camponeses.

Os camponeses não devem abrir mão de decidir sobre o seu futuro, sobre as suas esperanças e sobre as utopias que os impulsionam. Devem se afirmar como sujeitos da história reiterando sua maneira de produzir e de organizar.

*Engenheiro agrônomo, assessor da Via Campesina

CONFLITOS NO CAMPO

Assassinatos no campo continuam alarmantes em 2016

Segundo dados parciais do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, já são 47 assassinatos no campo de janeiro a setembro de 2016. Rondônia continua liderando o ranking, com 16 assassinatos.

CRISTIANE PASSOS*

2016, ao que tudo indica, manterá os altos índices de assassinatos em conflitos no campo do ano anterior. Até o dia 16 de setembro já são 47 assassinatos registrados pela CPT. Dos 47 assassinatos, 11 foram de representantes de povos tradicionais (6 indígenas, 4 quilombolas e 1 caiçara). A violência no campo tem mudado o foco, o principal alvo voltou a ser sem terras, sindicalistas, posseiros, ocupantes e assentados. Contudo, isso não quer dizer que o capital deu uma trégua para os povos tradicionais, eles continuam no centro de várias outras formas de violência. A situação é preocupante e a atual conjuntura política, com um governo golpista no poder, pode contribuir para que ela piore ainda mais.

De acordo com esses dados, 26 assassinatos foram na região Norte; 15 na região Nordeste; 3 na Sul; 2 na região Centro-Oeste e 1 na Sudeste. Quando voltamos os olhos para a Amazônia, vemos que mais uma vez os assassinatos concentraram-se nessa região. Foram 35. São 74% do total de assassinatos em conflitos no campo no país até o momento. E novamente Rondônia vem à frente com o maior número de assassinatos.

A conjuntura agrária de Rondônia contribui para a permanência da violência, por disputa de lotes entre pequenos grupos, e entre estes e madeireiros e grandes fazendeiros. A falta de regularização fundiária no estado é um prato cheio para a disseminação de conflitos, que não param de crescer. Além dos assassinatos, ameaças de morte, agressões, expulsões e despejos marcam o dia a dia do campo rondoniense.

Rondônia: o barril de pólvora

Somente no Acampamento 10 de maio, em Alto Paraíso, na região do



Foto: Joka Madruga

Vale do Jamari, foram 4 assassinatos registrados pela CPT. Todas as vítimas eram membros da Liga dos Camponeses Pobres (LCP). O caso mais recente no Acampamento foi o assassinato do casal Isaque Dias Ferreira e Edilene Mateus Porto, mortos a tiros perto do local. Ambos denunciavam aos órgãos públicos competentes as arbitrariedades cometidas contra os acampados, por parte do grileiro Caubi Moreira Quito, o qual se encontra na posse irregular da fazenda Formosa que, para impedir a luta das famílias pela terra, utiliza-se dos serviços de policiais militares para garantir “a proteção” da área.

No dia 29 de dezembro de 2014, Caubi assinou um Termo de Declarações na Delegacia Regional da Polícia Civil de Ariquemes (RO), dizendo que “negociou com o PM Rivelino e PM Dirceu a ‘venda’ de 150 (cento e cinquenta) alqueires, no valor de R\$2.000,00 (dois mil reais) por alqueire, em troca de que os mesmos providenciassem a segurança da fazenda Formosa”.

Dos 16 assassinatos registrados no estado, 12 foram na região do Vale do Jamari. Em 2015, 14 dos 20

assassinatos registrados no estado foram na mesma região. Ou seja, pouco ou nada se fez por parte dos órgãos competentes, até o momento, para impedir a violência contra camponeses e camponesas no estado. Após inúmeras denúncias, representantes da Ouvidoria Agrária Nacional e do Conselho Nacional dos Direitos Humanos foram a Rondônia e ouviram trabalhadores e trabalhadoras rurais, bem como representantes de movimentos e organizações sociais. Porém, sem ações efetivas, a violência continua a crescer.

A CPT de Rondônia, preocupada com a situação no estado, divulgou no dia 19 de setembro uma Nota em que destaca que “Enquanto trabalhadores e trabalhadoras pobres são assassinados, parte da mídia joga sobre eles a responsabilidade pela violência no campo no estado. A impunidade campeia solta. Nenhuma das mortes que ocorreram em 2015 e 2016 foi devidamente apurada e os culpados julgados. Tem-se conhecimento apenas da prisão dos acusados de executar um jovem acampado e pelo desaparecimento de outro. Fato ocorrido em janeiro des-

se ano na fazenda Tucumã. Exigimos que o Poder Público em todas as suas esferas cumpra seu papel e que ofereça pessoal e estrutura para apurar as mortes e punir os assassinos. A terra pela qual o casal morreu lutando era pública. O campo em Rondônia mais uma vez está manchado de sangue. A terra que produz os alimentos e sustenta a vida continua sendo palco de injustiças e mortes. Enquanto o latifúndio avança, a luta sepulta seus mortos e acolhe seus órfãos”.

No Maranhão a investida continua contra os povos tradicionais

Se nos demais estados, voltou-se o alvo novamente para os trabalhadores e trabalhadoras rurais, no Maranhão o alvo continua sendo os povos tradicionais, principalmente indígenas. Dos 9 assassinatos no estado, 5 foram de indígenas, todos da Terra Indígena Arariboia, que possui 92 aldeias com as etnias Guajajara, Gavião e Guajá. Quatro deles, Aponuyre Guajajara, Genésio Guajajara, Isaías Guajajara e Assis Guajajara, foram assassinados por defenderem seu território contra a ação de madeireiros. Diante da incapacidade do Estado em garantir a sua segurança, os Guajajara resolveram garantir a fiscalização de seu território e coibir as invasões e a extração ilegal de madeira, criando, em 2008, um grupo de proteção da área, conhecido como “o Grupo dos Guardiões”. A atuação dos Guardiões incomodou grupos econômicos poderosos na região. Tendo a extração ilegal dificultada, madeireiros passaram a agir com represálias contra os indígenas, e os quatro indígenas acabaram sendo assassinados.

ARTIGO

Dos seringais de ontem às fazendas de hoje

DARLENE BRAGA*

Um seringal é formado por várias colocações, que são utilizadas por uma família de extrativistas ou um seringueiro que trabalha na produção extrativista. Ao longo da história da Amazônia e em especial do Acre, os seringueiros sempre foram explorados e ludibriados pelos seringalistas, desde o primeiro ciclo da borracha até os dias de hoje.

Os seringalistas se autodenominam proprietários da terra. A terra estava lá e pertencia a quem chegasse primeiro. As regras para assegurar minimamente a propriedade ou posse da terra se baseavam no chamado limite de respeito. Pois, o vizinho tinha que concordar com os limites, tudo era feito de acordo entre as partes. A sobrevivência do homem amazônico no decorrer de sua história sempre foi de muitos desafios e de muito sofrimento. Com o declínio da produção do látex, a região amazônica passa a enfrentar graves problemas sociais e ambientais, fatos que se refletem até os dias atuais.

Na década de 1960, o governo brasileiro estabeleceu linhas de créditos e incentivos fiscais para o desenvolvimento da agropecuária na região, ao mesmo tempo em que decretou o fim da linha de crédito para a borracha. Por sua vez, o governo estadual desenvolveu políticas de atração de empresas do sul do país para adquirirem terras no estado do Acre e implantarem projetos agropecuários. Estes fatores provocaram a venda de terras, grilagem e/ou a desativação de grande parte dos seringais acreanos. Entre eles o Seringal Capatará. A luta pela permanência e sobrevivência de posseiros nas áreas de seringais, ao longo do tempo, causou a desestruturação de famílias e de modos de produção, além de muita violência e morte de posseiros e extrativistas, e do

visível descaso com a preservação do meio ambiente na sua totalidade.

O Seringal Capatará localiza-se no limite dos municípios Capixaba e Senador Guiomard (AC). Desde 2004, o Sr. Osvaldo Ribeiro, que se intitula atual proprietário de aproximadamente 2.000 hectares do seringal Capatará, vive constantemente ameaçando e seduzindo os moradores para realizarem “acordos”. Os acordos passaram a ser “comuns” para nossa região. Para as famílias, o pecuarista “oferecia” 75 hectares de terra e alguns trocados.

foi sempre feita na maior harmonia – limite de respeito. Mas as ameaças, intimidações e a sedução em realizar acordos por parte do pecuarista se intensificaram ainda mais. Na época (2009), o Instituto de Terras do Acre (ITERACRE) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), foram à região e se comprometeram em resolver a situação. No INCRA, as famílias tiveram a segurança que as terras eram públicas.

Em 2013, o desembargador Gercino José da Silva Filho, ouvidor Agrário Nacional e presidente

em uma mega operação, com mais de um mês de duração devido ao tamanho do seringal. Ela foi autorizada para 2.000 hectares, mas acabou sendo cumprida em aproximadamente 7.000. Os moradores haviam construído uma escola para que seus filhos estudassem. No momento da reintegração a Juíza mandou confiscar a chave, e a escola está sem utilidade até a presente data. Além disso, o fazendeiro mandou construir uma guarita na entrada do ramal que dá acesso à área e colocou um portão para controlar a entrada dos posseiros antigos.

No Seringal foram colocadas 20 caçambas, aproximadamente 50 homens e dois tratores, para realizar a reintegração. “Este foi o compromisso que o desembargador Gercino ‘recomendou’? Onde está o Estado? Para que serve a polícia? Só queremos a nossa terra, plantar e colher, dar o mínimo de dignidade ao nosso povo. Na comunidade existem duas escolas públicas, atendimento itinerante de saúde, e duas seções eleitorais. Nos tiram o direito à terra e mantém nosso direito/obrigação ao voto. Revoltados, seguimos resistindo, esperamos que não precise de derramamento de sangue para que nossa voz seja ouvida”, desabafou o senhor Juscelino.

A CPT articulou com as famílias reuniões junto ao INCRA e promotoria agrária. Após a reintegração, as famílias tiveram seus pertences colocados em um galpão minúsculo em Rio Branco por 60 dias. Elas não têm assistência do Estado, o aluguel social não chegou. Outras estão em casa de parentes e algumas frente ao desespero andam peregrinando pelos municípios do estado procurando um local para ficar com seus filhos.



Foto: CPT - Acre

Em 2009, um grupo de famílias entendendo que o seringal fazia parte de terras da União iniciou uma ocupação pacífica. Porém, o pecuarista ganhou na Justiça o direito de reintegração de posse apresentando documentos adquiridos no decorrer do processo que está em tramitação desde maio de 2010. Com a entrada desses novos ocupantes no ano de 2009, aconteceu uma divisão das terras de alguns posseiros que já estavam no local há mais tempo. Esta divisão

da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, esteve em Rio Branco, no Incra, e falou que a área do Seringal é pública e que um acordo seria feito com os fazendeiros que a pleiteavam. Em agosto de 2016, a Comarca do município de Capixaba autorizou a execução do mandado de reintegração de posse para a retirada de mais de 130 pessoas que ocupam uma área rural de 2 mil hectares.

A reintegração foi executada

*Agente da CPT Acre e coordenadora da Articulação CPT's da Amazônia.

Campanha em Defesa do Cerrado

Lançada no FICA e na CNBB, a Campanha, que teve início com a CPT, hoje já re

ELVIS MARQUES*

Para falar da Campanha em Defesa do Cerrado, que tem como tema “Cerrado, berço das águas: Sem Cerrado, Sem Água, Sem Vida”, é necessário fazer uma breve viagem no tempo. Primeiramente, #ForaTemer. Em segundo, mas não menos importante, vem a Articulação das CPT's do Cerrado – que reúne os regionais da CPT presentes no bioma. A ideia de fazer uma campanha surge a partir dessa articulação em contato com os povos e comunidades do Cerrado. Nos encontros, regionais ou estaduais, os povos do Cerrado sempre compartilharam seus anseios e esperanças em relação ao bioma. Destacavam que era preciso realizar ações conjuntas. Algo que mostrasse seus modos de vida no Cerrado, mas que também denunciasse a destruição desse espaço e de toda sua riqueza.

Uma Campanha em Defesa do Cerrado, das Águas e da Vida puxada apenas pela CPT? A ideia surgiu aqui. Mas começou a ganhar as comunidades do Cerrado, organizações ambientais ou não, pastorais, entidades religiosas, movimentos sociais, ONGs e por aí vai. Hoje são 36 diferentes organizações que compõem a Campanha. São chamadas de “Organizações Promotoras da Campanha”. Além disso, em nível estadual, a CPT e as comunidades do Cerrado têm se articulado com diversos parceiros e parceiras. A Campanha tem envolvido inúmeras pessoas. Mas o desafio é ir além. Atingir gente que está fora do Cerrado. Gente, em sua maioria, que não sabe da importância desse bioma em seu cotidiano.

“A campanha tem várias dimensões. Uma primeira é dar visibilidade à presença da diversidade humana, cultural e natural do Cerrado. Outra é visibilizar a importância do bioma para o conjunto da vida em outras regiões, isso quanto à questão da água, por exemplo. E ainda, por outro lado, mostrar como tudo isso está em risco. Por isso não é só uma campanha dos povos e organizações do Cerrado, mas



Foto: Elvis Marques - CPT Nacional

de todos brasileiros”, destaca Gilberto Vieira, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organização que compõe a Campanha.

A água é o tema central da Campanha. Mas como se deu essa escolha? O Cerrado é conhecido como a “caixa d’água do Brasil” e “berço das águas”, pois é neste espaço territorial onde nascem as três maiores bacias hidrográficas da América do Sul: Amazônica/Tocantins, São Francisco e Prata. “Nós dependemos de água para viver. 70% do nosso corpo é água”, ressalta Isolete Wichinieski, da CPT Goiás. “Defender o Cerrado é preservar as águas, é preservar a vida e todos e todas são responsáveis por isso”, completa.

Para Isolete, a discussão e as ações em defesa do Cerrado, neste momento, “pretendem trazer e evidenciar a luta dos povos na convivência, na preservação e conservação deste bioma. Acima de tudo pela sua função estratégica de fornecer água. Outro fator é a rica biodiversidade e os diversos povos e comunidades tradicionais. Precisamos defender o Cerrado como nosso patrimônio histórico, cultural e biológico”, afirma.

Principais linhas de ação

A Campanha, a princípio, terá

dois anos e meio de duração. Para esse período foram definidas – tanto pelas CPT's do Cerrado, quanto pelas organizações que compõem a Campanha – as principais ações que nortearão a Campanha ao longo desse período.

No segundo semestre de 2016 aconteceram os lançamentos da Campanha (Veja a seguir). E neste ano uma das principais pautas é a aceleração da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 504/2010, que reconhece os biomas Cerrado e Caatinga como Patrimônio Nacional. Para pressionar o Congresso a debater e votar essa matéria foi criada uma petição online, que pode ser encontrada nos endereços abaixo.

Outra problemática que não poderia ficar fora da Campanha é o Projeto de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) do MATOPIBA, que atinge os estados de Maranhão, Tocantins, Piauí, e Bahia. Desde sua criação em 2015, o povo tem se organizado e buscado formas de resistência, uma delas é conhecer o projeto e debater seus impactos. Em Araguaína (TO), por exemplo, há um ano, ocorreu o Encontro Estadual dos Povos e Comunidades do Cerrado, que reuniu cerca de 200 pessoas. Seminários e manifestações têm acontecido nos estados impactados. Frentes em defesa do Cerrado foram criadas.

E em novembro ocorrerá o Seminário Nacional sobre o MATOPIBA, em Brasília. Unidos, os povos do Cerrado têm dito, nos mais diversos espaços: “Não ao MATOPIBA”.

Em 2017 a Campanha passa a centrar esforços na discussão e elaboração de uma proposta de Moratória para o Cerrado. Além disso, a Campanha da Fraternidade 2017, que tem como tema “Fraternidade: Biomas brasileiros e defesa da vida”, é vista como uma oportunidade ímpar para se discutir o Cerrado e os povos que nele vivem.

A campanha será encerrada com a Romaria Nacional do Cerrado. Evento esse que surgiu após realização de romarias estaduais voltadas para o bioma. Agora é a vez de reunir todo esse povo do Cerrado em uma só Romaria.

O próximo ano será encerrado com a Romaria Nacional do Cerrado. Já se realizaram romarias estaduais voltadas para bioma. Agora é a vez de reunir todo esse povo do Cerrado em uma só Romaria.

Objetivos da Campanha em Defesa do Cerrado:

1. Pautar e conscientizar a sociedade, em nível nacional e internacional, sobre a importância do Cerrado e os impactos dos grandes projetos do agronegócio, da mineração e de infraestrutura sobre o bioma.
2. Dar visibilidade à realidade das Comunidades e Povos do Cerrado, como representantes da sociobiodiversidade, conhecedores e guardiões do patrimônio ecológico e cultural dessa região;
3. Fortalecer a Identidade dos Povos do Cerrado, envolvendo a população na defesa do bioma e na luta pelos seus direitos;
4. Manter intercâmbio entre as comunidades dos Cerrados brasileiros com as comunidades de Moçambique, na África, impactadas pelos projetos do Programa Pró-Savana.

CERRADO

Cerrado: “Sem Cerrado não há vida”

Reúne mais de 30 organizações. A duração, a princípio, será de dois anos e meio.

Lançamentos

Desde junho deste ano a CPT tem divulgado a Campanha nos eventos em que participa, como na III Assembleia dos Povos Indígenas de Goiás e Tocantins, na IV Festa Camponesa de Silvânia (GO), na Romaria dos Mártires, em Ribeirão Cascalheira (MT), e na Romaria de Bom Jesus da Lapa.

Já no dia 17 de agosto, a Campanha foi lançada oficialmente no Fórum de Meio Ambiente do Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA), que ocorre todos os anos na Cidade de Goiás (GO). Participaram do evento o pesquisador Altair Sales Barbosa; Elziene de Abreu, do Coletivo de Fundo e Fecho de Pasto do Oeste da Bahia; a liderança indígena Antônio Apinajé, do Tocantins; e Isolete Wichinieski, da CPT. Mais de 100 pessoas estiveram presentes.

“Participo da Campanha em Defesa do Cerrado porque entendo que o Cerrado é o berço das águas do Brasil e que todo nosso país depende do bioma. Salvando o Cerrado estamos salvando as nossas vidas”, destacou, no evento, Willian Clementino, vice-presidente da CONTAG, organização que também faz parte da Campanha.

Pouco mais de um mês depois, no dia 27 de setembro, na sede da CNBB em Brasília, ocorreu coletiva de imprensa e debate para lançamento da Campanha em Defesa do Cerrado. “Foi um momento de suma importância, pois o Cerrado clama pela sua permanência. A campanha ajudará a conscientizar as pessoas que ainda não perceberam o quanto devemos defender o Cerrado”, enfatiza Elziene de Abreu, do Coletivo de Fundo e Fecho de Pasto do Oeste da Bahia.

Documentário “Sertão Serrado”

Sertão Serrado, documentário de 30 minutos, é um dos materiais de conscientização e denúncia produzidos

para a Campanha. O curta foi apresentado durante a Mostra de Lançamento Nacional do FICA. É uma produção da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Essá Filmes, com apoio da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) e do Gwatá – Núcleo de Agroecologia e Educação no Campo da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

“Cada ser humano tem de se colocar na luta pela vida e meio ambiente, não só porque é nossa vida que está em jogo. É a nossa alma”, destacou, no lançamento do vídeo, o ator e membro do Movimento Humanos Direitos (MHuD), Eduardo Tornaghi, que narra o documentário.

Para Dagmar, diretora do curta, essa é uma importante ferramenta de informação. “O documentário trata da destruição do bioma, da dizimação dos povos tradicionais, que são as pessoas que protegem o meio ambiente e que precisam da floresta para sobreviver. Ele [o documentário] tem um papel de informação, que a grande mídia não faz hoje”, avalia.

Você encontra o documentário na página www.semcerrado.org.br

Quem faz parte da Campanha?

CPT – Rede Cerrado – CNBB/ Pastorais Sociais – ISPN – Actionaid – Agência 10envolvimento – APA/TO – ANQ – AATR/BA – CONTAG – ABRA – Caritas Brasileira – CEDAC – FASE – FETRAF Brasil – Gwatá/UEG – IBRA-CE – CEBI – CESE – Coletivo de Fundos e Fechos de Pasto do Oeste da Bahia – Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra no DF e Entorno – CIMI – CPP – CONAQ – JMD – MIQCB – MMC – MPA – MPP – SPM – Redessan – Rede Social de Justiça e Direitos Humanos – CUT/GO – e Via Campesina.

E mais organizações ainda podem aderir à Campanha. Basta entrar em contato através dos contatos no fim desta matéria.



Foto: Elvis Marques - CPT Nacional

Coletivo de Comunicação do Cerrado

Desde o início do ano, comunicadores da CPT e de organizações parceiras doam tempo e conhecimento técnico para a Campanha em Defesa do Cerrado. De forma voluntária, essas pessoas se reuniram diversas vezes e elaboraram um Plano de Comunicação para a Campanha, identidade visual, redes sociais, materiais gráficos e etc. Coletivo de Comunicação do Cerrado presente na Campanha!

Como os Regionais da CPT podem se envolver na Campanha?

- Ajude a divulgar a Campanha nos espaços em que a CPT participa, como debates, mobilizações, romarias, e outros. Caso necessário, a coordenação da Articulação das CPT's do Cerrado poderá estar presente;
- Tendo algo interessante relacionado ao Cerrado, como imagens, vídeos, textos, músicas e outros, envie para a Campanha;
- Denuncie: Você tem conhecimento do Cerrado sendo destruído ou de violências contra as comunidades? Envie também para a Campanha;

- Gosta de comunicação? Colabore com o Coletivo de Comunicação do Cerrado;
- Assine e ajude a divulgar a petição que pede aprovação da PEC 504/2010, que reconhece Cerrado e Caatinga como Patrimônio Nacional.

Materiais de divulgação

Vários materiais de divulgação da Campanha e/ou de formação já foram produzidos. Temos Cartilha de Encontros do Cerrado, folhetos, cartazes, banners, infográfico sobre o MATOPIBA, documentário Sertão Serrado, documentário MATOPIBA, vídeos, Spots de rádio, textos analíticos e diversos materiais para internet.

Quer utilizar esses materiais? Entre em contato com a Campanha através dos endereços abaixo.

Conheça a Campanha:
Site: www.semcerrado.org.br
Facebook: @CampanhaCerrado
E-mail: semcerrado@gmail.com

ROMARIA DOS MÁRTIRES

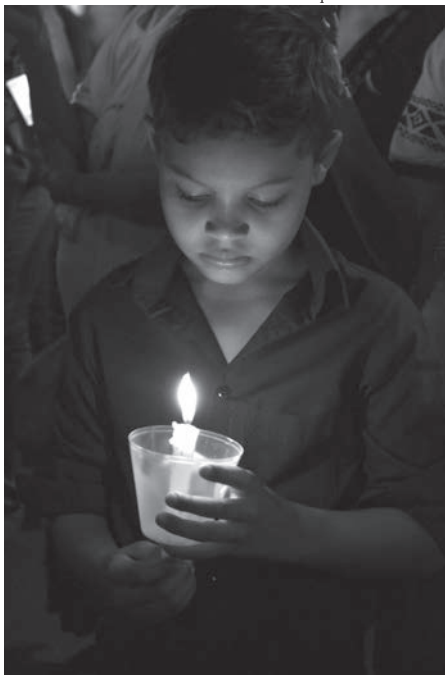
Profetas do Reino

ANTÔNIO CANUTO*

No ambiente conturbado da política nacional, em que as forças mais reacionárias da sociedade brasileira tentam derrubar direitos que os trabalhadores, depois de muitos anos de luta, conquistaram, é que se realizou a Romaria dos Mártires da Caminhada, em Ribeirão Cascalheira (MT). Nesta cidade, que faz parte da Prelazia de São Félix do Araguaia, há 40 anos foi assassinado o Padre João Bosco Penido Burnier, quando acompanhando o bispo Pedro Casaldáliga foram interceder por duas mulheres que sofriam torturas por parte da polícia militar.

Estes 40 anos do martírio do Pe. João Bosco e os 40 do martírio do Padre Rodolfo Lukenbein e do índio bororo Simão, marcaram as celebrações dessa sexta Romaria, nos dias 16 e 17 de julho.

Foto: Elvis Marques - CPT Nacional



Testemunhos que alimentam a esperança

O grande número de pessoas de fora da região que se deslocaram até Ribeirão Cascalheira deu um tom todo particular a esta romaria. No testemunho de quem deu a vida na luta em defesa ao direito à terra, à justiça

e à dignidade, os romeiros e romeiras foram buscar luz e energias necessárias para atravessar os momentos graves e escuros em que o país está mergulhado. Tempos difíceis, sobretudo para os mais vulneráveis de nossa sociedade.

A Romaria orbitou ao redor do tema “PROFETAS DO REINO”. Os mártires com a doação de sua vida em defesa das causas da justiça e na defesa dos direitos do povo, gritam ao mundo o que caracteriza a profecia: Anúncio, Denúncia e Consolo.

Com sua morte, os mártires **denunciam** o sistema injusto que viola o direito dos mais fracos, dos pequenos, dos pobres e **anunciam** que um mundo de igualdade, de respeito, de solidariedade deve substituir o sistema de morte vigente.

Na preparação desta Romaria, Dom Pedro, apesar da fragilidade em que se encontra, chamou a atenção para um aspecto para o qual não se tem dado tanto destaque. O papel do profeta é também o de **consolar**. Em meio ao mundo de agressões, de violência, de uma estupidez sem tamanho, o profeta deve **consolar** os que sofrem, mostrar a misericórdia de um Deus que cuida de nós qual uma mãe cuida de seu filho.

A voz dos indígenas guarani-kaiowá do Mato Grosso do Sul, dos Xavante de Maraiwatsédé ecoou forte no coração dos presentes. O sofrimento e a perseguição que enfrentam foram retratadas em palavras vivas e comovedoras. Um dos guarani-kaiowá carregava em seu corpo a bala que o atingiu no momento de perseguição e que vitimou um companheiro seu.

Adorar a Deus é se pôr a serviço dos pobres

Sete bispos estiveram presentes nesta romaria, que se encerrou com a celebração da missa. Entre eles, Pedro Casaldáliga. O “irmão Parkinson” não impediu que ele, aos 88 anos, participasse. Ele se fez romeiro entre os romeiros. Foi difícil conter tantos e tantas que queriam pelo menos saudá-lo.

Foto: Elvis Marques - CPT Nacional



Na celebração da missa estava ele humildemente sentado em sua cadeira de rodas, entre o povo.

O Bispo da Igreja Anglicana, Dom Sebastião Gameleira, falou que nesta Romaria se vivia a verdadeira Igreja de Jesus Cristo. E enfatizou que a única verdadeira adoração a Deus é a que se põe a serviço do pobre. Outras formas de adoração transformam a religião em idolatria.

O atual bispo de São Félix do Araguaia, Dom Adriano Ciocca Vasiño, ressaltou que o modelo econômico que comanda o país é o de uma economia que mata os mais fracos e que lhes retira os direitos. “Não é a Lei e sim a Misericórdia que nos salva”, disse ele.

Dom Roque Paloschi, arcebispo de Porto Velho (RO) e presidente do CIMI, Conselho Indigenista Mis-

sionário, convidou os presentes a quebrar as correntes da morte, a defender os povos originários, seguindo a “santa teimosia” de que sempre falou Dom Pedro Casaldáliga.

Dom Leonardo Ulrich Steiner, secretário geral da CNBB, que sucedeu Dom Pedro Casaldáliga em São Félix, disse que os mártires viveram a Palavra, ousaram dar a vida, o que é um estímulo diante da situação de corrupção pela qual o país está passando, com um Congresso Nacional que aprova leis contra a vida, contra os povos originários, contra as crianças e os adolescentes. “Diante desta situação não podemos nos calar, temos que ser profetas de um Deus que está do nosso lado e nos ama”.

Dom Eugênio Rixen, bispo da diocese de Goiás, insistiu em que não podemos perder a alegria e a esperança, e denunciou a criminalização dos movimentos sociais, como está acontecendo hoje em Goiás, com a prisão de lideranças dos sem-terra. O bispo de Cáceres, MT, Dom Antonio Vilar, convocou a juventude a se espelhar no exemplo dos mártires na busca de uma sociedade melhor.

Uma Romaria construída em mutirão

Cada regional que compõe a Prelazia de São Félix do Araguaia colaborou com a realização da Romaria partilhando alimentos. Amigos e amigas solidários e diversas entidades fizeram generosas doações.

Foram formadas mais de 10 equipes de serviço que envolveram cerca de trezentas pessoas para que tudo fluísse da melhor forma possível. O processo de preparação incluiu rodas de conversa, encontros bíblicos, oficinas de teatro, de artes e bordados. Nas comunidades da cidade e do sertão de Ribeirão Cascalheira foi realizado um tríduo com encontros martiriais.

Gente de todo lado

Em torno a 5.000 pessoas par-

ticiparam desta sexta Romaria. Gente do Piauí, Bahia, Pernambuco, Ceará, Espírito Santo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Pará.

Delegações maiores vieram de Rondônia (um ônibus); Tocantins (um ônibus); Paraná (dois ônibus); Minas Gerais (4 ônibus); Mato Grosso do Sul (um ônibus); São Paulo (dois ônibus e três micro-ônibus); Goiás (cinco ônibus). Do Mato Grosso (um ônibus de Rondonópolis e outro de Cuiabá) além dos diversos ônibus da própria Prelazia.

Do Exterior participaram pessoas da Venezuela, Bolívia, Chile, Itália. Da Alemanha eram 15 pessoas.

MEMÓRIA

“Alvimar da CPT de Minas”: semente do Deus da justiça e da solidariedade

“No romper da aurora do dia 19 de agosto de 2016, aos 62 anos, Alvimar Ribeiro dos Santos, o “Alvimar da CPT”, descansou de muitas batalhas a serviço dos trabalhadores do campo e da cidade, no norte de Minas Gerais, travadas com abnegação, simplicidade e alegria.

Depois de sofrida enfermidade, à espera de um transplante de fígado que não veio, ele fez sua passagem, na paz dos justos, rodeado dos seus de perto e de uma multidão de amigos/as e companheiros/as de longe, que o acompanhavam em esperança, sintonia e oração.

Há 34 anos na CPT, a qual ajudou a criar no estado, todas as lutas populares, sociais e políticas da região tiveram em Alvimar um companheiro decidido, de frente ou de retaguarda, conforme a necessidade, segundo a clareza do seu papel: dos sem-terra do MST aos indígenas Xacriabás; dos operários da construção civil aos posseiros; dos geraizeiros da Cooperativa Grande Sertão aos vazanteiros; dos quilombolas do Brejo dos Crioulos aos pescadores; dos ribeirinhos do Rio São Francisco aos companheiros do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas e da CUT, entidades que ajudou a fundar... Homem de fé profunda, posto inteiramente a serviço, nas CEBs e em muitas iniciativas da Igreja Católica, preparava-se para o ministério diaconal”.

Assim a coordenação Executiva Nacional da CPT, se expressou, em Nota, ao tomar conhecimento do falecimento do companheiro Alvimar. Uma figura que deixou sua marca por onde passou, por sua dedicação total à causa dos trabalhadores. Uma “herança viva, semente do Deus da justiça e da solidariedade”, como disse frei Luciano Bernardi, da CPT Bahia.

A CPT de Minas Gerais, em Nota, informou que ele nascera “no município de Montes Claros, dia 13 de julho de 1954”. Desde 1982 participava da CPT de Minas Gerais, tendo sido coordenador regional durante vários mandatos.

Ajudou a fundar muitos STRs no Norte e Noroeste de MG nas décadas de 1980 e 1990 e a construir várias oposições sindicais. Foi um dos fundadores e diretor da CUT regional do Norte de MG. “Sem Alvimar, a organização sindical do norte de Minas Gerais não estaria onde



Foto: João Zinclar

está”, diz a Nota. E prossegue: “Alvimar foi companheiro de Eloy Ferreira, do Sr. Júlio Miranda, dos mártires do povo indígena Xacriabá, enfim de 32 companheiros assassinados na luta pela terra no Norte e Noroeste de Minas nos últimos 40 anos”.

“Alvimar da CPT, um defensor intransigente dos direitos sociais do campesinato: posseiros, quilombolas, geraizeiros, vazanteiros, sem-terra e dos indígenas, tendo contribuído muito na reconquista do território do povo indígena Xacriabá e do território quilombola de Brejo dos Crioulos, no Norte de Minas”.

Ele também atuou ao lado dos trabalhadores da cidade. Foi pedreiro, uma profissão de que gostava, como ele mesmo confessou. Chegou a ser presidente do Sindicato da Construção Civil de Montes Claros.

“Alvimar teve ao seu lado em 45 anos de matrimônio Lúcia Helena Costa dos Santos: um mar de bondade, mulher lutadora e de uma força interior infinita”, nos lembra a nota. Tiveram três filhos e uma filha, mas “Alvimar tem uma imensa família de companheiras e companheiros de luta pela terra e por direitos sociais”.

A ação de Alvimar se irradiava para fora do estado, como lembram os companheiros da CPT do Centro-Oeste da Bahia. Ele “sempre foi referência de amizade, presença solidária, lutador exemplar e esperança na busca do caminho... Com sua voz mansa e firme, sempre fez ecoar o clamor daqueles (as) que sofreram e ainda sofrem as mazelas e injustiças do sistema”.

Um exemplo de resistência

O MST ao saber de sua morte registrou:

“Os movimentos sociais perderam hoje um dos alicerces da luta pela terra.

Alvimar Ribeiro dos Santos, militante de longa data da Comissão Pastoral da Terra, foi um dos fundadores do MST em Minas Gerais. Esteve presente no primeiro Congresso, que fundou o Movimento, em 1985. No Jornal Sem Terra, preparatório ao Congresso, ele anunciou o início da luta no estado mineiro, com a qual contribuiu até seus últimos dias.

Já enfermo, Alvimar, a todo instante, queria saber da conjuntura, discutir a política e pensar em como continuar construindo as lutas. Geraizeiros, quilombolas, indígenas, sem terras, trabalhadores do campo e da cidade contaram com seu compromisso e a firmeza política...

Um exemplo de resistência e convicção no amanhã. Por isso, o camarada Alvimar continuará vivo em nossa prática diária e sempre será referência para todos que lutam por um mundo melhor. Mais do que nunca é preciso seguir os caminhos abertos por seus passos e fazer os enfrentamentos necessários na libertação dos pobres, na luta pela terra e pela justiça!”

Oswaldo Samuel Costa Santos, um dos filhos de Alvimar, poucos dias antes de seu pai falecer, expressou em versos o que seu pai significava para os lutadores e lutadoras do povo:

Alvimar da CPT: SEMENTE DE IPÊ

E se fôssemos uma mata assim...
... de Cerrado mesmo.
Então, acho que você seria um ipê
Um ipê grande, com sombras e flores.
Certa vez me dissera
que o ipê é o símbolo do sertão.
Ah!!! Neste sertão fizera história,
em cada cantinho norte-mineiro.
Conhecera grota por grota,
estrada por estrada,
rodagem por rodagem.
Também fora conhecido por sua animação,
sua palavra sábia
e seu grito forte.
Sabia mexer com o coração das pessoas,
e com a cabeça também.
Você foi e será sempre um ser lutador:
Lutador bravo mas sereno,
um ser tão sentimental e solidário
um ser tão do tamanho do SERTÃO,
Da beleza do ipê em flor,
tuas sementes aladas estão espalhadas por onde passou!
15/08/16

ARTIGO

Fracking: a ameaça bate à porta

Desconhecimento da população e descaso das autoridades sobre a atividade pode levar a danos irreversíveis à água, ao solo e ao ar no Brasil.

NATHÁLIA CLARK*

Em princípio a palavra pode soar um tanto estranha, mas seus impactos podem se tornar conhecidos de milhões de brasileiros muito em breve caso nada seja feito. FRACKING é a expressão em inglês para o método do fraturamento hidráulico, uma técnica não convencional utilizada para extração de gás de xisto – ou gás de folhelho – de grandes profundidades. No processo, milhões de metros cúbicos de água são misturados à areia e mais de 720 substâncias químicas, muitas delas cancerígenas e até radioativas. Este fluido altamente tóxico é injetado por uma tubulação e, submetido a forte pressão, fratura a rocha através de explosões, que liberam o gás.

Após o rompimento da rocha, cerca de 40% deste material, chamado “fluido hidráulico”, retorna à superfície em forma de “piscinas” a céu aberto que evaporam ou são arrastadas pelas enchentes para rios, córregos e plantações. O restante do fluido tóxico no subsolo chega às reservas subterrâneas de água, tornando-as impróprias para consumo. O fracking contamina não só os aquíferos e o solo, mas também o ar, inviabilizando a atividade agrícola e a agropecuária, e causa prejuízos à saúde humana e animal. A técnica também intensifica as mudanças climáticas, uma vez que libera o gás metano, um dos causadores do efeito estufa, 25 vezes mais poluente e danoso do que o dióxido de carbono (CO₂).

O fracking está associado a vários tipos de doenças que têm afetado pessoas que vivem próximas aos poços, incluindo infertilidade nas mulheres, risco de abortamentos e má formação congênita, provocando ainda baixo desenvolvimento cognitivo nos bebês, asma e vários tipos de câncer de pele.

Com a preocupação de não deixar que essa energia suja e devastadora entre no país, foi criada em 2013 a Coalizão Não Fracking Brasil pelo Clima, Água e Vida (COESUS) que congrega uma centena de entidades, movimentos climáticos e ambientalistas, sindicatos, academia e gestores públicos, com objetivo de levar informação à população

sobre os riscos do fracking. A campanha Não Fracking Brasil ganhou corpo há dois anos com a adesão da 350.org Brasil e América Latina, hoje uma das coordenadoras nacionais.

“O intuito é mobilizar e pressionar as autoridades a fim de influenciar a construção de políticas públicas mais justas e que contemplem a todos os cidadãos brasileiros... Num país como o Brasil, com tantos recursos naturais disponíveis para a produção de energias renováveis, precisamos redirecionar os investimentos para uma economia de baixo carbono e um futuro mais sustentável”, defende Nicole Figueiredo de Oliveira, diretora da 350.org Brasil e América Latina.

Contra a investida do governo

Mesmo diante de tantas evidências negativas, o Estado, por meio da Agência Nacional de Petróleo, Biocombustíveis e Gás Natural (ANP), insiste em vender o subsolo do país para o fracking. Em 2013, leiloou mais de 200 blocos para exploração do gás de xisto em 15 estados, impactando diretamente 372 cidades e milhões de brasileiros. Graças à ação da COESUS junto ao Ministério Público Federal, foram expedidas liminares suspendendo totalmente os efeitos dos leilões da 12ª rodada em seis estados, e parcialmente em outros deles.

Em três anos de campanha, foram realizadas centenas de audiências públicas, seminários, oficinas e eventos em todo o país para denunciar a intenção do governo federal. Mais de 70 cidades brasileiras já aprovaram Projetos de Lei que proíbem operações de fracking, e outras dezenas estão debatendo a questão.

“Não podemos permanecer alheios a essa situação tão grave, que pode colocar em risco, num futuro bem próximo, a vida de milhões de brasileiros, além do maior patrimônio do país, que contribui para o equilíbrio climático global, que é a nossa biodiversidade e as nossas reservas de água”, afirma Juliano Bueno de Araujo, coordenador de campanhas da 350.org Brasil e um dos fundadores da COESUS.



Um movimento global

Por onde passa, o fracking leva consigo um rastro de destruição. Isso já pode ser visto em diversos lugares, como os estados do Texas e da Louisiana, nos Estados Unidos, e a região de Vaca Muerta, na Patagônia argentina, um dos maiores depósitos de gás de xisto do mundo. Nesta região, a técnica é empregada há uma década e promove um verdadeiro massacre do povo Mapuche.

No Brasil muitos dos blocos ofertados pela ANP estão localizados em cima ou muito próximos a Terras Indígenas e a Unidades de Conservação na região Norte, de florestas e nascentes de rios na Amazônia, além de regiões do semiárido como o Ceará e Rio Grande do Norte, no Nordeste.

Além dos impactos socioambientais, o fracking também causa problemas econômicos. Já tiveram o subsolo vendido áreas de grande produção agrícola e pequenas propriedades rurais nos estados do Paraná, São Paulo e Mato Grosso, que ficariam impedidos de comercializar a sua produção em função

da contaminação. É o que se vê atualmente na Argentina, onde fruticultores têm suas produções desperdiçadas, uma vez que os produtos cultivados perto de poços de fracking são rejeitados pelo mercado internacional.

Devido aos efeitos graves e irreversíveis, a oposição ao fracking cresce em todo o mundo. Já foi banido em países como Alemanha, Escócia, França, Irlanda do Norte, Bulgária, Itália, Bélgica e em alguns estados norte-americanos, como Nova York.

O Brasil tem grande potencial para se tornar uma referência mundial ao adotar uma matriz energética limpa, segura e 100% renovável, basta direcionar seus investimentos para fontes como solar, eólica, de pequenas centrais hidrelétricas e biomassa. Se a sociedade e os governos locais perceberem o tamanho do problema que o fracking acarreta e se engajarem para endossar e fortalecer essa resistência, o país pode entrar para a história, se mantendo na vanguarda do movimento por um mundo mais sustentável.



LEONARDO WEXELL SEVERO *

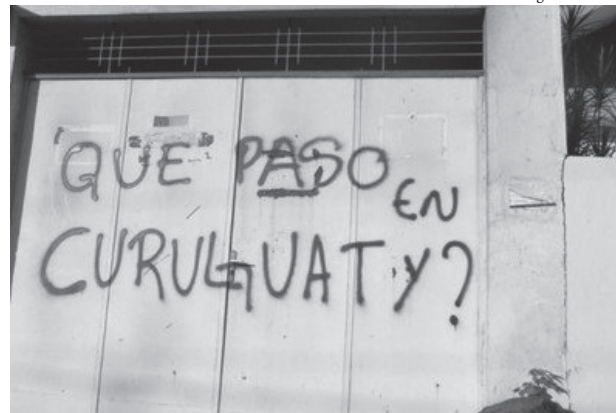
O estupro jurídico praticado pela “Justiça” do Paraguai contra os 11 camponeses presos políticos de Marina Kue, em Curuguaty, provocou uma enérgica reação popular, assim como da equipe de advogados que entrou imediatamente com recurso de apelação especial. A contundente denúncia de 108 (cento e oito!) fatos “notoriamente falsos” utilizados pelos acusadores demonstra como os sem-terra foram vítimas de um pro-

cesso que atende unicamente aos interesses das transnacionais e do latifúndio. As penas de até 35 anos por “homicídio doloso”, “associação criminosa” e “invasão de imóvel alheio” a que foram submetidos estampam como o massacre de Curuguaty – onde morreram 17 pessoas no dia 15 de junho de 2012

– serve tão somente para criminalizar a luta pela reforma agrária na nação guarani. Afinal, nem um único dos 324 policiais foi colocado no banco dos réus. Apenas as vítimas da ilegal ação de despejo. Isso depois de, ine-

108 fatos notoriamente falsos contra os camponeses de Curuguaty (Paraguai)

Foto: Agência Pública



quivocamente, o “confronto” ter sido utilizado para a deposição do presidente Fernando Lugo, apenas sete dias depois do sangrento episódio.

Como sustentam os advogados, “todo o massacre foi consequência direta da negação da justiça por parte do

Poder Judiciário, frente à usurpação de terras por um chefe político”. Ficou comprovado que o verdadeiro invasor foi Blas Riquelme, senador e ex-presidente do Partido Colorado, o mesmo de Alfredo Stroessner, cuja ditadura de 35 anos (1954 a 1989) distribuiu ao menos oito milhões de hectares – um quinto das terras do país – a apaniguados como o “empresário” em questão. Este foi o primeiro “disparo”, afirmam os advogados, condenando a decisão dos juízes “de defender usurpadores e burlar-se da lei e das vítimas da injustiça política e judicial”.

**Jornalista, escritor do livro “Curuguaty, carnificina para um golpe”, é observador internacional do caso no Tribunal de Sentenças de Assunção (Paraguai).*

Monsanto se retira das Malvinas Argentinas após pressão de movimento popular

Na Argentina e no Brasil, especialistas e atingidos indicam que Monsanto é uma ameaça social, econômica e ambiental. Durante a primeira semana de agosto, o site corporativo “Profesional” publicou a notícia de que a Monsanto começou a desmontar sua

Foto: Reprodução noticiaspia.org



planta de “acondicionamento” de sementes de milho transgênico, destinado a produção de biocombustíveis e alimentos, que estava sendo construída desde 2012. O fato é uma vitória de três anos de mobilização dos moradores e moradoras da cidade Malvinas Argentinas, na província de Córdoba, que se manifestaram contrários ao empreendimento e bloquearam o acesso às obras logo que começaram. Eles estão organizados desde setem-

bro de 2013 na Assembleia Malvinas Luta pela Vida.

Sofia Gatica, do coletivo “Mães de Ituzaingó”, é uma das pessoas que participa ativamente do bloqueio, realizado pelos cordobeses. A filha de Sofia morreu três dias após seu nascimento, quando seus rins deixaram de funcionar. “Assim como eu, outras mãos também perderam seus filhos, com câncer, leucemia. A luta destas mãos garantiu importantes avanços na luta contra os transgênicos e agrotóxicos, como a aprovação de leis municipais”, que proibiram pulverizações nos arredores do bairro Ituzaingó.

Outra vitória foi a do primeiro juízo penal da América Latina contra produtores de soja, por afetarem a saúde da população. E a saída da Monsanto de Malvinas Argentina promete ser um novo triunfo local. “É complexo, mas não é impossível. Mantivemos esse bloqueio por três anos. Então é possível impedir uma corporação. Se os de baixo se movimentam, os de cima caem”, conclui Sofia.

**Brasil de Fato*

Missão internacional da Via Campesina de Solidariedade com a Colômbia

No dia 26 de setembro, foi assinado o acordo de paz entre as Farc e o Estado colombiano, na cidade de Cartagena. Esse é um momento histórico para a Colômbia e para todo o mundo, em que se encerram cinco décadas de guerra no país. Porém, esse acordo de paz tem vários desafios pela frente, já que ele não prevê mudanças estruturais na Colômbia, e, portanto, será preciso um acompanhamento por parte da sociedade para garantir justiça social, econômica e ambiental, assim como garantir os direitos dos camponeses a uma vida digna.

A Missão Internacional de Solidariedade com a Colômbia, organizada pela Via Campesina e Coordenação Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC), entre os dias 20 e 24 de setembro, foi realizada com o intuito de acompanhar a instauração desse processo de paz no país. Já no primeiro dia, a Missão foi recebida no Congresso Nacional. Em seguida, ela passou por várias áreas emble-

Foto: Via Campesina



máticas de conflito, como Putumayo, Norte de Santander, Magdalena, Meta e Popayan, onde foi recebida por organizações camponesas, sindicatos e organizações de direitos humanos. A delegação da Missão foi composta por representantes de 16 países da América Latina, África e Europa. Ela ouviu testemunhos de vários casos de perseguição política, desaparecimentos e mortes de camponeses e camponesas durante os anos do conflito. A Missão teve a tarefa de verificar a situação dos direitos humanos e do campesinato no contexto de paz, a fim de garantir uma ampla reforma rural abrangente, que democratize o acesso à terra nos campos da Colômbia.

**Via Campesina*

PÁGINA BÍBLICA

A teologia apocalíptica

Na última edição lembrávamos a história dos camponeses, guerrilheiros, que liderados pelos irmãos Macabeus lutaram contra o domínio grego em Jerusalém e na Judéia. Tiveram vitórias, mas conflitos internos acabaram facilitando a entrada dos romanos, que não saíram mais.

SANDRO GALLAZZI*

É necessário falar sobre isso, ainda que de forma resumida, para entender o que acontecia no tempo de Jesus.

O fracasso dos ideais dos guerrilheiros provocou uma explosão interna do movimento popular. A frente se transformou em dezenas de grupos e movimentos isolados. Os mais importantes eram: fariseus, saduceus, essênios, sicários, zelotas...

A dominação romana e pagã provocou diferentes posicionamentos políticos. Os saduceus, e mais tarde os herodianos (partidários do rei Herodes, títere de Roma) apoiaram sem restrições a presença e o projeto romano.

Os fariseus e seus chefes, os escribas, estavam na oposição, porém consideravam esta dominação produto das desobediências do povo à lei de Moisés. O povo pecador era culpado por esta situação.

Os zelotas, movimento camponês da Galileia, que no tempo de Jesus não era ainda muito forte e organizado, queriam libertar o templo dos sacerdotes impuros colocados pelos romanos e a terra dos mesmos romanos, repetindo a ação de força dos Macabeus.

Os essênios consideravam impossível praticar a lei sob a dominação pagã e de uma classe sacerdotal conivente e por isso se retiraram ao deserto de Qumran, vivendo em comunidade, seguindo uma prática estrita das leis de Moisés.

Há sinais de que no grupo de Jesus havia a presença de zelotes e fariseus e contato com os essênios. Quase outra frente alternativa.

A característica de todos estes grupos, fora dos saduceus e herodianos que estavam no poder e por isso se consideravam justos e abençoados, era uma visão da história que os biblistas chamam APOCALÍPTICA e que no tempo de Jesus era a mais difundida no meio do povo.

Esta teologia consiste em:

- Pensar que estamos passando por uma grande prova de fidelidade neste momento difícil em que até os pagãos mandam na Cidade Santa.
- Mas este momento difícil é o momento final da história. É a última prova. Em pouco tempo a história chegará ao fim.
- O fim se dará através de uma grande batalha, na qual as forças inimigas serão derrotadas porque nós teremos como guia o MESSIAS, o ungido de Deus, o Cristo (Messias, ungido, cristo: as três palavras têm o mesmo significado), ENVIADO POR DEUS para salvar-nos.
- Depois desta vitória começará o Reino de Deus, tempo de paz e segurança.
- Por isso, conhecendo já o final feliz desta história, hoje devemos continuar resistindo, apegados a nossas leis, defendendo-as até o martírio, se for necessário.

Isso em síntese. Claro que cada grupo tinha diferenças, mas em geral era isso. A maior diferença era em relação à figura do ou dos messias. Alguém, sobretudo do povo da Judéia, pensava-o na linha monárquica, um “filho de Davi”. Lembram? “Filho de Deus tem compaixão de mim” ... “Hosana ao filho de Davi, o que vem em nome do Senhor”.

Outros, mais ao norte, na Galileia, o pensavam como um novo Elias, ou um novo profeta: “O povo diz que és João Batista, outros, Elias, e outros, um dos profetas”.

Outros, sobretudo zelotes e essênios pensavam numa nova figura sacerdotal pura e completamente dedicada à lei (isso não o disseram de Jesus, só muito mais tarde a carta aos Hebreus chamará Jesus de sacerdote).



Nunca, porém, um camponês pobre da Galileia:

“O que pode sair de bom de Nazaré?” ... “Não é este o filho do carpinteiro, o filho de Maria?”

De qualquer forma o Reino viria AMANHÃ e através de OUTRO.

Hoje e não amanhã; eu e não outro

Podemos assim entender a força provocante do filho do carpinteiro que proclama “CHEGOU O REINO! HOJE e não amanhã. Nós e não outro.

Assim começa provocando e confrontando-se com tudo e com todos os que não deixam aparecer o Reino de Deus que está presente. Senta-se à mesa do publicano e do leproso e junto a eles não cumpre a lei do jejum, nem a do sábado, se deixa tocar por prostitutas e impuras e anuncia a chegada do Reino. Provoca a reação dos fariseus, dos escribas, dos saduceus. O lugar é errado, as pessoas são erradas. Isso não é o reino de Deus, é do demônio, de Belzebu.

A lição de Jesus é clara

Matam a Jesus porque disse: “O reino de Deus chegou”. E chegou onde não podia chegar, no lugar errado.

Os fariseus diziam que o reino de Deus ia chegar quando todos os homens fossem justos. Jesus diz: o reino chegou com os pobres, com os pecadores, com os doentes, os endemoniados. .

“Vão contar a João o que vocês viram e ouviram. Cegos veem e coxos andam, leprosos ficam limpos e surdos ouvem, mortos ressuscitam e pobres recebem a Boa Nova. Feliz quem não se escandalizar de mim!”

Os sujeitos do reino

Não só o grupo de Jesus é pobre, não só Jesus fica no meio deles, mas ele aposta neles.

O grupo de Jesus não é um grupo de gente poderosa, nem de sábios, nem de escribas. Jesus adota somente os pobres, os últimos, os pequenos.

“Não tenham medo pequeno rebano. A Deus aprouve entregar-lhes o Reino”. ... “Graças te dou papai, Senhor do céu e da terra, porque ocultaste estas coisas dos sábios e entendidos e as revelaste ao povo simples. Sim, papai, bendito sejas por isso te parecer bem”

A verdadeira prova da chegada do reino consiste em que os pobres são evangelizados, são chamados a estar com Jesus. Recebem a missão de curar os doentes e de expulsar os demônios, se tornam os sujeitos principais da história.

É importante recordar que a opção pelos pobres, não é só a opção por ajudá-los, mas a capacidade de acreditar neles e de entregar-lhes a missão.

Vamos voltar a isso depois.

CAMPANHA CPT 40 ANOS

Uma experiência em busca da sustentabilidade da CPT!

THIAGO VALENTIM*

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) em todo o Brasil saiu em Campanha em 2016. Foram três meses de importantes atividades: maio, junho e julho. Uma Campanha tem como objetivo principal sensibilizar a sociedade para uma ou mais situações. Para a CPT, essa Campanha foi muito importante. E podemos apresentar alguns motivos:

Foi a primeira Campanha institucional. Poderia ter sido uma experiência bem melhor, com êxitos maiores, mas temos a compreensão de que toda experiência pode ser melhorada e que é possível aprender inclusive com os erros.

A CPT é um organismo que assume a missão de estar a serviço das lutas camponesas, dos povos e comunidades. Por isso, uma Campanha Nacional da CPT só poderia ter como um dos principais objetivos a divulgação das lutas dos povos do campo, de seus desafios e conquistas, e sensibilizar toda a sociedade brasileira para o apoio necessário e a solidariedade com os povos em luta. Buscamos, nestes meses, dar a conhecer tantas experiências bonitas de pessoas e comunidades, que expressam a beleza do compromisso com os empobrecidos e empobrecidas, a resistência das comunidades, as conquistas possíveis. Divulgamos histórias de homens e mulheres que na CPT e nas comunidades fizeram a diferença na construção de um mundo melhor, mais justo e solidário.

Uma Campanha é sempre uma oportunidade de mobilização de pessoas e de recursos financeiros em torno de uma causa. No caso da CPT, em torno de várias causas, que não são simplesmente causas da CPT, mas causas assumidas pela CPT, que brotam do chão das comunidades camponesas em luta por terra, água e direitos, neste grande país com dimensões continentais chamado Brasil. E essa

persistência e solidariedade da CPT já completam 41 anos. É uma idade madura, de quem muito já viveu, mas também de quem sabe que ainda tem muito por viver.

Em serviço junto aos povos do campo, a CPT tem sido presença profética e solidária *“nos seus processos coletivos: 1. de conquista dos direitos e da terra, de resistência na terra, de produção sustentável (familiar, ecológica, apropriada às diversidades regionais); 2. nos seus processos de formação integral e permanente: a partir das experiências e no esforço de sistematizá-las; com forte acento nas motivações e valores, na mística e espiritualidade; 3. na divulgação de suas vitórias e no combate das injustiças; sempre contribuindo para articular as iniciativas dos povos da terra e das águas e buscando envolver toda a comunidade cristã e a sociedade, na luta pela terra e na terra; no rumo da ‘terra sem males’”*.

Foram essas experiências de solidariedade e luta que motivaram a realização de uma Campanha Nacional da CPT. Num primeiro objetivo, de divulgar as lutas dos povos do campo e gerar solidariedade da sociedade brasileira a essas lutas; num segundo objetivo, de mobilizar recursos humanos e financeiros para a continuidade das ações da CPT junto às comunidades acompanhadas.

Foram várias atividades realizadas. Ações de comunicação através das redes sociais foram intensas, com artigos, vídeos e fotos. Histórias sobre as lutas camponesas e sobre a atuação de agentes da CPT e lideranças comunitárias foram reunidas e divulgadas, gerando um grande mutirão de memória e celebração através do exemplo concreto de vidas doadas com entusiasmo e coragem, mesmo em tempos de forte repressão.

A CPT não é um movimento, mas uma comissão de pessoas que assume uma missão transformadora numa terra de intensos conflitos e

em defesa da vida. Mas para que uma missão seja, de fato, transformadora e libertadora, faz-se necessária a abertura de novos caminhos. Nessa frente, a CPT foi responsável pela abertura de várias porteiras: na formação e organização dos trabalhadores e trabalhadoras, na criação de movimentos sociais do campo, no fortalecimento da pastoralidade popular e encarnada na vida dos povos, na denúncia das injustiças, no registro dos conflitos e inclusive na doação total, onde o sangue derramado banha a terra onde brota a semente nova da revolução necessária.

Nesse dinamismo, a CPT foi fazendo história com milhares de homens e mulheres. Foi se envolvendo na caminhada das comunidades e crescendo com elas. Fazer história significa deixar marcas concretas na vida das pessoas. Essas marcas estão presentes nas inúmeras conquistas obtidas, nos assentamentos criados, nos territórios conquistados, nos direitos garantidos, nas práticas produtivas agroecológicas trazendo fartura na mesa dos trabalhadores e trabalhadoras, nas romarias celebradas, nos gritos ecoados.

No entanto, para que todo esse caminho de serviço da CPT tenha continuidade, é preciso ampliar o apoio de tanta gente solidária com a própria CPT, principalmente, com os povos do campo. A CPT sempre se manteve de pé pela importantíssima ajuda dos trabalhadores e trabalhadoras, de amigos e amigas, de agências de cooperação internacional e nacional que vêem na CPT uma parceira estratégica, das Igrejas, das pastorais irmãs, de organizações da sociedade civil que apostam nas mesmas causas. No entanto, os tempos atuais apresentam um desafio peculiar: o de mobilizar recursos financeiros.

Nesta Campanha, a CPT intensificou seu pedido para a doação de pessoas físicas, realizou celebrações por todo o Brasil com uma coleta direcio-

nada aos trabalhos da CPT, produziu materiais e os pôs à venda, fez uma ampla divulgação em vários espaços, convidando as pessoas a contribuírem com o seu trabalho pastoral. Alguns artistas e intelectuais ligados à Teologia da Libertação gravaram suas mensagens pelos 40 anos da pastoral. Com certeza foram obtidos resultados positivos, recursos financeiros foram mobilizados, mas esta deve ser uma ação permanente. A busca pela sustentabilidade da CPT deve ser contínua. Embora tenha terminado o período da Campanha dos 40 anos, a CPT precisa cuidar de sua sustentabilidade política, pastoral e financeira. Mas é preciso continuar contando com a contribuição valiosa dos amigos e amigas, das pessoas que acreditam na CPT e querem fortalecer a lutas dos povos do campo.

Nesse sentido, convidamos as pessoas que já doam para a CPT de continuarem com sua doação. As que ainda não doam, de fazer em sua oferta. As que se sentirem dispostas, a se engajarem nas atividades da CPT. Há várias formas de contribuir. No site, uma lojinha virtual dispõe de nossos produtos, que são importantes instrumentos na formação e na luta.

A CPT agradece a todas as pessoas que contribuíram na construção e divulgação da Campanha, na doação financeira solidária, na aquisição dos materiais produzidos, no compartilhamento das postagens na internet. A força, a resistência, a luta, a esperança que marcam a vida dos nossos povos não deixam que a CPT desista de lutar por justiça e mais vida no campo, e busque os instrumentos possíveis para continuar garantindo essa presença de forma mais sólida.

Sua contribuição é muito importante. Como se diz nas comunidades: *“o pouco com Deus é muito e o muito sem Deus é nada”!*

Cultura

Viver sem Temer

CARLOS RODRIGUES BRANDÃO*

De terno, gravata e mentiras, eles são os que pensam que mandam e nos querem calar, e em silêncio silenciar, escutar, obedecer.

Mas eles são os 'senhores' que pensam, e a poeira da história os esquece.

E ficamos nós, os do povo, os com o povo, os que sabem que vivem por algo e os que ousem viver sem temor!

Os senhores de terno e gravata, quem recorda os seus nomes e feitos, e a impostura de suas bravatas, a não ser pra lembrar de esquecer?

Mas Ailton, Davi, Margarida e Josimo, Chico Mendes, Florestan, Braulino... e mais Lula e outros muitos do povo.

Povo índio, camponês, quilombola.

Quem esquece essa gente, esse povo, as mulheres e os homens que lutam contra o arbítrio e o mal do poder, e ao longo dos dias, dos anos, nos ensinam a viver sem temer?

Essa hora é escura, mas é agora o momento de contra o escuro acender as luzes claras de nome esperança, e do chão levantar e se erguer!

Essa é a hora das ruas, da luta, de somar com a ternura, a coragem e o sentido, o valor e o sabor de quem sabe que a hora é agora.

Vamos juntos recriar a vida e da vida que há em nós renascer na cidade, no sertão, ou onde for, com ousadia, ardor, destemor, expulsar o medo, transformar o mundo e de mãos abertas, e de punho erguido vamos juntos viver sem temor.

*Antropólogo



Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____

Endereço: _____

Exemplares: _____

Assinatura anual:

- | | | | |
|--------------------------|-----------------------|------|-------|
| <input type="checkbox"/> | Brasil | R\$ | 10,00 |
| <input type="checkbox"/> | Para o exterior | US\$ | 20,00 |

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: cpt@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

CORREIOS
Mala Direta
Postal Básica

9912277124-DR/GO
COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA